

# O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SOB O CAPITALISMO: PARADIGMAS EM DEBATE

Ana Paula de Medeiros Ferreira<sup>1</sup>

anapaula\_geografia@yahoo.com.br

Helena Angélica de Mesquita<sup>2</sup>

helenawgo.com.br

**Resumo:** Este artigo pretende fazer uma discussão teórico-conceitual acerca dos paradigmas que norteiam as pesquisas em Geografia Agrária desde o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo em meados do século XIX. Buscarei entender as origens da oposição agricultura camponesa x agricultura familiar que divide os pesquisadores em geografia agrária. Neste contexto pretende-se apresentar os argumentos daqueles que pensam o campesinato como um resquício em vias de desaparecimento e a agricultura familiar como o locus do desenvolvimento “econômico” do campo e os que entendem a luta pela terra como única forma de se alcançar o desenvolvimento “social” nas áreas rurais.

**Palavras-chave:** Agricultura. Capitalismo. Campesinato. Paradigma.

**Abstract:** This article intends to make a discussion about the theoretical and conceptual paradigms that guide research in Agrarian Geography since the development of agriculture under the capitalism in middle of century XIX. I will search to understand the origins of the opposition: agriculture peasant x familiar agriculture that divides the researchers in agrarian geography. In this context we intend to present the arguments of those who think the peasantry as a remnant disappearing and family agriculture as the locus of economic development and those who understand the fight for the land as the only way to achieve the social development in rural areas.

**Keywords:** Agriculture. Capitalism. Peasantry. Paradigm.

---

<sup>1</sup> Membro do Grupo de Pesquisa GETeM (Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG, Campus Catalão.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Geografia da UFG, Campus Catalão e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFG, Campus Catalão e coordenadora do GETeM (Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais)

*“Diferentemente de um trabalhador assalariado o camponês é um sujeito criando sua própria existência”*

(Chayanov)

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das reflexões iniciadas na disciplina do Curso de Mestrado da UFG, Campus Catalão “História do pensamento geográfico” no 1º semestre de 2009.

Entre os temas das aulas foi discutido o significado dos paradigmas nas ciências, bem como, a importância de conhecermos as correntes de pensamento que norteiam nossas pesquisas e, também, as contradições. Essa foi uma das questões que mais gerou debates nas aulas: escolhemos seguir um paradigma ou eles nos são impostos?

O conceito de paradigma passou a ganhar maior importância nas ciências humanas com a obra de Kuhn (1987). Este autor mostrou a evolução da ciência através de uma série de rupturas, as revoluções científicas. Define paradigma como um conjunto de crenças compartilhadas pela comunidade científica.

Assim, fui desafiada a realizar uma pesquisa teórica acerca das correntes que norteiam minha temática de pesquisa. Dessa forma, nos últimos meses, me dediquei a estudar parte das obras que

tratam dos paradigmas da Geografia Agrária.

Fiz um recorte espaço-temporal iniciando as reflexões nos debates acerca da questão agrária na Europa do século XIX e XX. Neste contexto o capitalismo se desenvolve e atinge o campo, dessa forma vários foram os estudos sobre esta questão naquele período. Depois o debate é trazido para o Brasil da segunda metade do século XX com as transformações no campo decorrentes da modernização agrícola. Daí surgem várias correntes que dedicaram suas reflexões aos estudos sobre o futuro do campesinato neste país.

Dialoguei com Carvalho (2005) que fez um estudo acerca do campesinato no século XXI; Guimarães (1989) que contribuiu com este artigo ao tratar das origens das famílias camponesas no Brasil; Abramovay (2007) que dedica suas pesquisas a tese da substituição do campesinato pela agricultura familiar; Kautsky (1986) que fala da superioridade da grande propriedade; Engels (1981) que defendia no século XIX a proletarianização do camponês como inevitável ao sistema capitalista; Woortmann (1990) que com uma visão antropológica estuda o campesinato a partir de uma ética moral

camponesa; Oliveira (1991) que defende a recriação do campesinato pelo próprio sistema capitalista, entre outros.

Neste artigo o objetivo é tratar principalmente da contradição agricultura camponesa x agricultura familiar, mas para um melhor entendimento da questão que se apresenta cheia de interfaces, foi necessário apresentar brevemente as principais teses acerca da questão agrária na Europa de séculos passados.

## **2 O FUTURO DO CAMPESINATO: FIM OU RECRIAÇÃO?**

Qual o sentido do desenvolvimento do capitalismo na agricultura? O futuro do campesinato está na sua integração ao mercado ou na luta contra o capital? A agricultura camponesa baseada nas relações não capitalistas de produção tende a se proletarizar como os trabalhadores das fábricas das áreas urbanas? Era este o debate na Europa em meados do século XIX, quando o capitalismo adentra o campo verosamente transformando os camponeses em famintos, na concepção de Kautsky (1986). Este autor que escreveu um dos maiores clássicos sobre a questão agrária na Europa descreve o processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Segundo ele, na Idade Média, a família camponesa era independente, produzia seu

próprio alimento e os instrumentos de trabalho.

Constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente auto-suficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. De fato, o camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável, com exceção do ferro do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez compromettesse sua comodidade. Desse mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência. (KAUTSKY, 1986, p. 17)

Kautsky (1986) enfatiza que dessa forma as famílias camponesas eram indestrutíveis e o pior que lhes poderia ocorrer era uma má colheita, um incêndio ou a invasão de um exército inimigo. Tudo que precisavam estava na propriedade. Mesmo com uma má colheita possuíam provisões armazenadas e caso um incêndio ou uma invasão lhes destruísse tudo tinham a madeira e a união dos “braços” para construir tudo novamente.

Mas, com o crescimento da indústria urbana crescia a demanda por produtos mais sofisticados que a indústria caseira camponesa não tinha os recursos para produzir. Gradativamente, esta, vai se

diluindo. “*A dissolução da indústria camponesa de subsistência já tivera seu início na Idade Média quando surgiram as profissões artesanais urbanas*”. (KAUTSKY, 1986 p. 19).

Cresce a demanda por dinheiro por parte dos camponeses que já não produzem mais o necessário. Precisam adquirir as ferramentas de trabalho nos mercados urbanos, acrescenta-se a isso o progresso técnico. Dessa forma, quanto mais os camponeses passam a depender do mercado, mais dinheiro necessitavam e mais dependentes de fatores externos se tornavam, causando o empobrecimento deste segmento.

Assim, diante da situação descrita surgiram as teses acerca do futuro da agricultura camponesa.

Os autores aqui estudados possuem opiniões divergentes sobre o destino da pequena propriedade a da família camponesa. Engels (1981, p. 52), no trabalho que trata do problema camponês na França e na Alemanha afirma que “*O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína*”.

Este autor defendia a proletarianização dos camponeses e assim, estes unidos ao proletariado urbano, fortaleceriam a luta de

classes defendida pelo partido da Social-Democracia. Os autores partiam da premissa de que seria impossível a implantação de um modo de produção socialista baseado na propriedade privada dos meios de produção como é o caso do campesinato. Então, defendiam a entrega das propriedades camponesas à coletividade.

Com outra leitura da realidade do cenário da agricultura na Europa dos séculos XVIII e XIX, Chayanov (1981) se dedica a desenvolver estudos sobre os sistemas não capitalistas de produção. Para ele é preciso ir além das teorias que

*O capitalismo adentrou a agricultura, alterou as relações sociais de produção e interferiu diretamente no modo de vida camponês.*

consideram apenas as categorias presentes no sistema capitalista. O campesinato representa, segundo o autor, a maior

forma de produção agrária baseada não em uma forma capitalista, mas numa forma diferente, de unidade familiar não assalariada, ao contrário do que escreve Kautsky (1986) quando este afirma que “*com o modo de produção capitalista qualquer produção agrícola é, em ‘regra geral’, uma produção capitalista*.”.

Chayanov (1981) procurou mostrar o que pareceria um contra-senso aos olhos dos autores que viam como única saída para o campesinato a proletarianização: que a economia camponesa pode ser objeto de

um conhecimento racional e positivo, mesmo baseada na mão-de-obra familiar.

Enquanto Kautsky (1986) apresenta argumentos quanto à superioridade da grande produção em relação à pequena, exaltando a superioridade técnica desta, Chayanov percebe na pequena produção outra lógica, diferente da lógica dos sistemas capitalistas.

A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão “equilíbrio entre trabalho e consumo”. Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante estiver deste objetivo. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho. Nesse sentido, “o volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores”. (CHAYANOV, 1986, p. 78 apud ABRAMOVAY, 2007, p. 70).

Dessa maneira, o campesinato seria uma forma não-capitalista de produção, baseado em outra lógica na qual se trabalha não para acumular riquezas, mas sim para atender às necessidades básicas da família. A maior dificuldade dos autores que

defendiam esta corrente era convencer a sociedade que em um mundo cada vez mais pautado no individualismo, valores como os presentes na cultura camponesa pudessem resistir.

Na segunda metade do século XX, com as transformações na agricultura brasileira, os mesmos debates passaram a ser feitos no Brasil. Discute-se o futuro da agricultura camponesa, fala-se no seu inevitável fim, no entanto, na Europa há séculos atrás se falava na extinção do campesinato e hoje décadas depois este segmento resiste, com dificuldades, porém continua lutando pelo direito de permanecer na terra. Carvalho (2005).

### **3 O CAPITALISMO NA AGRICULTURA BRASILEIRA: AGRICULTURA FAMILIAR X AGRICULTURA CAMPONESA**

Na segunda metade do século XX as mudanças ocorridas no campo brasileiro com a modernização da agricultura trouxeram à tona alguns dos questionamentos levantados nos séculos XIX e XX sobre o futuro da agricultura camponesa na Europa. Algumas correntes consideram que os camponeses que não se modernizarem e se adequarem ao mercado tendem a expropriação da terra e a conseqüente proletarização. Outros

enxergam na luta pela terra o único caminho para a reprodução camponesa.

Guimarães (1989) considera que o espaço agrário brasileiro se desenvolveu com os latifúndios e a agricultura camponesa teria ganhado espaço no cenário agrário/agrícola deste país por volta do século XIX. O autor afirma que,

Foram precisos três séculos de ásperas e contínuas lutas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os todopoderosos senhores da terra, para que, por fim, a despeito de tantos insucessos, despontassem na vida brasileira os embriões da classe camponesa. Só no limiar do século XIX e, portanto, há pouco mais de cem anos, começaram a surgir os frutos dessa irreduzível e prolongada batalha, abrindo-se as primeiras brechas nos flancos mais vulneráveis do opressivo sistema latifundiário, com a implantação, principalmente ao Sul do território nacional, e em bases estáveis, de outros tipos menos agigantados e mais modestos de propriedade agrária. (GUIMARÃES, 1989, p. 105)

O autor destaca as barreiras que sempre foram impostas para que a pequena e média propriedade se instalassem no Brasil. Ele define a região Sul como a percussora da agricultura camponesa no país, no entanto lembra que *“seria um grave erro deixar de levar em conta a anterior etapa de gestação da classe camponesa, a qual parte sem nenhuma dúvida de um longo processo de espoliação, cujas primeiras conseqüências foram a*

*incorporação aos engenhos de açúcar de uma multidão de trabalhadores livres miseráveis: os agregados”*. (GUIMARÃES, 1989, p. 106)

Então, Guimarães (1989) coloca que diferente de outros países o Brasil foi colonizado sob a grande propriedade latifundiária e após a decomposição de parte destes latifúndios surge a pequena propriedade camponesa, da luta dos posseiros<sup>3</sup>, que segundo o autor antecederam o campesinato brasileiro.

Com a modernização da agricultura no Brasil iniciada na região sul do país por volta da década de 1950, surgem as indagações acerca do desenvolvimento da agricultura camponesa sob a influência do capitalismo.

Para Gonçalves (2005) com a Revolução Verde e suas sementes híbridas e mais recentemente com os transgênicos o mundo rural passa por constantes transformações sociais, culturais e políticas. Neste contexto é dado maior poder às indústrias de alta tecnologia. Essas transformações ganharam ênfase logo após a Segunda Guerra Mundial. A fome se apresentava como um fenômeno europeu. A revolução verde se desenvolveu para deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria. Houve uma

<sup>3</sup> Oliveira (1981) conceitua Posseiro como: pequeno trabalhador agrícola (familiar) que, não tendo a propriedade da terra, abre a posse em terra alheia, onde produz para sua subsistência, vendendo o excedente no mercado, a fim de adquirir as demais mercadorias de que necessita.

tentativa de despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico.

É neste cenário onde o uso de fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos se torna cada vez mais difundido como indispensáveis para a produção de alimentos, que se intensificam as dificuldades para a agricultura camponesa. Daí surgem as indagações sobre o futuro do campesinato no Brasil. O crescente assalariamento nas relações de produção no campo põe em xeque as relações não-capitalistas de produção defendidas entre outros por Oliveira (1986) que, sobre as correntes acerca do futuro do campesinato no Brasil, coloca que é,

Procurando entender as transformações que o campo vem sofrendo, surgem inúmeras correntes de interpretação dessas realidades. De uma maneira geral, poderíamos dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção - o assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. No entanto existem discordâncias quanto à interpretação do processo. Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o

trabalho familiar. (OLIVEIRA, 1986, p. 6)

O autor defende a tese da criação e recriação do campesinato. Para os que defendem essa corrente o desenvolvimento do sistema capitalista no campo é contraditório, pois ele próprio cria e recria relações não capitalistas de produção.

O camponês deve ser visto como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (OLIVEIRA, 1986, p.11)

Segundo Oliveira (1986) para os autores que seguem essa linha de pensamento a terra sob o capitalismo deve ser entendida como renda capitalizada. Assim, a contradição do desenvolvimento capitalista está na sujeição da renda da terra ao capital, pois assim, o capital pode subordinar a produção de tipo camponês. Dessa forma a pequena produção é entendida como uma atividade sustentada pelo próprio capital. *“Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de*

*seus instrumentos de produção*". (OLIVEIRA, 1986, p. 13)

Outra linha de pensamento defende a adequação da pequena propriedade camponesa ao sistema capitalista como única saída para a permanência no campo. Essa corrente ganha o apoio do governo Fernando Henrique Cardoso, quando neste é criado o conceito de *agricultura familiar*.

Abramovay (2007) é um dos autores que defendem a integração das propriedades familiares ao mercado e nega a agricultura camponesa "*Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa*". (ABRAMOVAY, 2007, p. 33).

O autor destaca em sua obra que, de fato, as previsões acerca do fim do campesinato não se concretizaram, no entanto desacredita de sua manutenção na sociedade contemporânea. Para ele as mudanças nas relações familiares de produção foram tão intensas que causaram uma descaracterização do campesinato.

[...] no capitalismo, a integração crescente dos camponeses ao mercado subverte os elementos constitutivos da produção familiar, e *elimina o equilíbrio entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas*, que se concentram cada vez mais na agroindústria, seja ela capitalista ou cooperativa. (ABRAMOVAY, 2007, p. 87)

Para ele, os clássicos da questão agrária que o antecederam, como Engels (1981) e Kautsky (1986), na fatal desapropriação do campesinato sob o capitalismo são, não apenas consistentes com suas teorias, mas fundamentados historicamente. Tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e as instituições nacionais tomam conta da vida da aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem. (ABRAMOVAY, 2007, p. 139). No entanto, há autores que não compartilham desta leitura como Oliveira (1986), Chaianov (1981) e Carvalho (2005)

Este último que realiza pesquisas acerca do campesinato no Brasil e no mundo identificou três paradigmas que tratam do futuro da propriedade camponesa: o paradigma *do fim do campesinato*, o paradigma *do fim do fim do campesinato* e o paradigma *da metamorfose do campesinato*.

O paradigma que vê o campesinato como resquício em vias de extinção já foi tratado neste ensaio quando se falou da questão agrária na Europa. Segundo Carvalho (2005) este paradigma possui duas leituras, uma se baseia na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalistas e grande parte em assalariados. E a outra leitura acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa

perante a supremacia da agricultura capitalista.

Guimarães (1989) descreve as principais características da agricultura camponesa e da agricultura capitalista. De acordo com o autor,

A propriedade camponesa típica é aquela que, sendo explorada exclusiva ou principalmente à base do trabalho familiar, basta para proporcionar a subsistência da família do seu possuidor ou para lhe fornecer um pequeno excedente, cuja venda ou realização no mercado lhe dá o necessário para atender às outras necessidades essenciais (habitação, vestuário, recreação, etc.) (GUIMARÃES, 1989, p. 217).

O autor continua sua análise estipulando o tamanho da propriedade camponesa que gira em torno de 25 a 30 hectares, sendo este tamanho suficiente para a manutenção da família. As propriedades com tamanhos inferiores a este se situariam entre aquelas insuficientes para a manutenção do núcleo familiar. Nas propriedades entre 50 e 100 hectares estaria a camada superior, a dos camponeses *remediados*.

As propriedades capitalistas se caracterizariam como aquelas onde é permanente a superioridade do trabalho assalariado sobre o trabalho familiar. O tamanho gira em torno de 100 a 500 hectares. Possuem a capacidade de adaptação às modernas técnicas. O autor

define ainda um terceiro tipo de propriedade rural no Brasil, o latifúndio que para ele são,

As unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista. [...]. A propriedade latifundiária é, portanto, sob nosso conceito, aquela cujas dimensões excedem a capacidade média de recursos de capital, nas condições brasileiras, de que dispõem os empresários; os quais, em vista disso, mantêm inexploradas ou incultas grandes parcelas do estabelecimento e, na melhor hipótese, arrendam, mediante pagamento em dinheiro ou em produtos, essas parcelas que eles, como donos da terra, não tem possibilidades financeiras de explorar por sua própria conta. (GUIMARÃES, 1989, p. 224)

Dessa, forma o autor conceitua três tipos de propriedades agrárias no Brasil: a camponesa, a capitalista e a latifundiária. A corrente que acredita no fim do campesinato considera que a agricultura capitalista levará ao fim do campesinato por ter um maior poder de adequação ao mercado, condições financeiras de adquirir os insumos necessários à agricultura convencional e maiores áreas, sendo que estas gradativamente comprariam as propriedades camponesas e levariam ao seu fim.

O paradigma do fim do fim do campesinato apontado por Carvalho (2005) entende que a destruição deste pela sua diferenciação não determina o seu fim. Concorda que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera diferenciação e a destruição do campesinato. Mas,

Igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. (CARVALHO, 2005, p. 24)

O autor aponta, ainda, quais seriam as três formas de recriação do campesinato: o arrendamento, a compra da terra e a ocupação da terra. *“E assim se desenvolve num constante processo de territorialização e de desterritorialização da agricultura camponesa, ou de destruição e recriação do campesinato”* (CARVALHO, 2005, p. 24).

O último paradigma sobre o futuro do campesinato apontado por Carvalho (2005) é o da metamorfose do campesinato em agricultura familiar, defendido por Abramovay (2007), Lamarche (1993) entre outros. Surgiu na última década do século XX. Acredita no fim do campesinato, mas

não no fim do trabalho familiar na agricultura. Dessa forma utiliza o conceito de agricultor familiar em oposição ao conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno.

Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. [...] Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo. (CARVALHO, 2005, p. 25)

Este último paradigma, então, se fundamenta no capitalismo agrário, enquanto que os outros dois paradigmas são baseados na questão agrária. Os debates a respeito da questão agrária, segundo o autor, partem do princípio da superação, da luta contra o capital, na perspectiva da construção de experiências para a transformação da sociedade. Já o paradigma da agricultura familiar baseado no capitalismo agrário se desenvolve a partir do princípio da conservação das condições existentes na sociedade capitalista. Esse paradigma nega a luta pela terra e os movimentos sociais, pois partem da leitura de que o processo de exclusão

presente no campo brasileiro é parte natural e aceitável do sistema econômico capitalista.

Considerando as leituras feitas sobre o destino do campesinato no Brasil dadas as transformações no campo brasileiro nas últimas décadas, aqui se acredita que o campesinato não está em extinção, compartilha-se das idéias dos que apontam a recriação deste segmento. Acredita-se na luta pelo direito à terra e pela permanência nela com condições dignas de vida. Acredita-se que a dependência externa não é o melhor caminho. Mesmo com as mudanças ocorridas no campo, com a nova lógica de mercado, a necessidade de lucros, etc., o campesinato, como aponta Woortmann (1990), deve ser entendido como uma ética constitutiva de uma ordem moral, isto é, uma forma particular de perceber a relação dos homens entre si e com as coisas. Nessa perspectiva,

Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p. 12)

O autor traz da antropologia, outra leitura de campesinato, diferente das citadas até aqui, fala de uma moralidade campesina. Para ele o que interessam são os valores, a subjetividade, mais do que as relações sociais objetivas. Nessa perspectiva os valores falam mais alto do que os dados estatísticos. Por exemplo, o autor cita o caso de posseiros na região Centro-Oeste, que poderiam ser considerados como camponeses pelo caráter familiar de trabalho, mas que, no entanto, agem impulsionados por uma racionalidade econômica maximizante. A invasão de terras tem aí, segundo o autor, uma razão estritamente econômica.

Em outra situação o autor aponta o caso de colonos do Sul do país que há muito tempo produzem para o mercado, possuindo assim grande integração com este. No entanto, a terra para eles não é mercadoria e sim patrimônio da família. “Produzir, então, para o mercado não significa, necessariamente, modernidade no plano do valor. Produzir para o mercado não significa tampouco estar integrado ao mercado” (WOORTMANN, 1990, p. 15).

A partir desta leitura, é possível identificar nos trabalhos de campo realizados no trabalho final de curso, no qual estudei a questão do cultivo das sementes crioulas no município de Catalão (GO), camponeses que, se fôssemos considerar o tamanho das propriedades e o

grau de inserção ao mercado, seriam considerados agricultores familiares, no entanto são detentores de uma ética camponesa, que se evidencia nas conversas que tivemos. Encontramos camponeses com propriedades com mais de 50 hectares, com casas confortáveis, carros na garagem e que vendem quase que exclusivamente para o mercado, mas que, no entanto, possuem uma moral que não é a do mercado, de tirar vantagem, de ser individualista, e sim de ajudar o vizinho quando este necessitar, de visitar os familiares no domingo, de não gostar de negociar com os

parentes, pois partem da premissa de que negócio é o mesmo de tirar vantagem, e que “*com parente não se negueia*”.

Assim, de visitar a “*parentada*” no domingo, de, no caso dos camponeses goianos, ter sempre a mesa farta de galinhada, feijão tropeiro, galinha caipira, etc. Partindo dessa leitura definir o que é ser camponês vai além do estudo das relações de produção, ou da integração ao mercado. Woortmann (1990) coloca que, mesmo com as transformações no campo brasileiro, a ética moral camponesa resiste, pois se trata de valores historicamente enraizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o século XIX o destino da agricultura camponesa tem causado diversas interpretações entre os estudiosos que dedicam seus estudos a questão agrária. Na Europa do século XIX quando o capitalismo se desenvolve e torna a família camponesa, que era auto-suficiente, dependente do mercado, vários estudos se propuseram a estudar a questão do futuro do campesinato.

O paradigma desenvolvido por Engels (1981) e seguidores considerava o gradativo

*Ser camponês é ter uma identificação com a terra e por dinheiro nenhum vendê-la. Ser camponês é, mesmo recebendo influências de outras culturas, manter os seus costumes.*

o fim dos camponeses. Ele via seu fim através do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo o que aumentaria o trabalho

assalariado e transformaria o camponês em proletário. Kautsky (1986) partia da inferioridade econômica da agricultura familiar. Ambos se equivocaram, pois o campesinato continua existindo, e como aponta outra corrente contemplada aqui, se recria no seio do próprio sistema capitalista.

No Brasil, os questionamentos acerca da agricultura camponesa se iniciaram com a modernização da agricultura na metade do século XX. Neste contexto ocorreram significativas mudanças no modo de produzir alimentos impostas pelo mercado

de insumos, aumentando a dependência externa por parte das famílias camponesas, como aconteceu na Europa do século XIX, descrito por Kautsky (1986). Assim, algumas correntes passam a negar o campesinato, apostando na metamorfose destes em agricultores familiares, um conceito criado para denominar os camponeses que produzem para o mercado com técnicas modernas e presença de trabalho assalariado. No entanto, para a antropologia, a definição de camponês vai além da racionalidade econômica, se baseia em uma ordem moral, em uma ética camponesa.

Nessa perspectiva, aqui se compreende as transformações que vem passando o campo nas últimas décadas sendo inegável

as influências externas e a integração ao mercado. Mas, acredita-se que o campesinato não vai deixar de existir, ele se recria na luta pela terra, nos movimentos sociais, nos costumes que resistem aos anos e por fim em uma ética historicamente construída, e negar o campesinato é negar essa ética, é negar séculos de história.

Neste artigo não foi possível tratar de todas as contradições presentes nos estudos em geografia agrária, são muitos os debates. Mas, acredito que as reflexões aqui realizadas contribuíram para esclarecer algumas dúvidas e instigar outras. Mas, este, a meu ver, é o encanto da ciência e da vida, as dúvidas nunca acabam apenas se multiplicam.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007, 294 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação - referências - elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002. 22 p.
- CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, 401 p.
- CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (org.) *A questão agrária*. São Paulo: brasiliense, 1981, 185 p.
- ENGELS, F. **O problema camponês na França e na Alemanha**. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (org.) *A questão agrária*. São Paulo: brasiliense, 1981, 185 p.
- FELÍCIO, M. J. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, B. M. **MST: espacialização e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006, 461 p.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 255 p. (coleção estudos brasileiros).

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986, 401 p.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 39. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Ed. UNB – Tempo Brasileiro, 1990, 73 p.

#### **Informações bibliográficas:**

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

FERREIRA, Ana Paula de Medeiros. MESQUITA, Helena Angélica de. O SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SOB O CAPITALISMO: paradigmas em debate. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/02anapaula.pdf>>. Acesso em: \_\_.\_\_.20\_\_.